

# Empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra na escola: discursos de resistência no audiovisual *Ana*

*Women's empowerment and black ethnic-racial affirmation in school: discourses of resistance in audiovisual media Ana*

Neiva de Souza Miranda<sup>1</sup>

Douglas Lima Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise de discurso do curta-metragem *Ana* (2017), por meio dos conceitos de formação discursiva e ideológica, conforme as produções do teórico francês Michel Pêcheux. Como base analítico-epistemológica, o trabalho apoia-se nos estudos Antirracistas e Decoloniais para pensar nas formações discursivas e ideológicas presentes no audiovisual *Ana* (2017), investigando, na materialidade verbo-visual, possíveis efeitos de sentido que promovem o empoderamento feminino e a afirmação da identidade étnico-racial negra na escola. A metodologia desta pesquisa segue os procedimentos da Análise do Discurso, a partir das contribuições de Eni Orlandi (2020). A análise demonstrou a relevância das formações discursivas e ideológicas na compreensão de como os discursos produzem efeitos de sentidos que podem promover o empoderamento feminino e a afirmação identitária étnico-racial negra na escola, através de uma educação que paute a descolonização e o antirracismo enquanto teoria e prática na desconstrução de formações discursivas racistas.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; Decolonialidade; Educação Antirracista.

**Abstract:** This research aims to present a discourse analysis of the short film *Ana* (2017), using the concepts of discursive and ideological formation, according to the works of the French theorist Michel Pêcheux. As an analytical-epistemological basis, the work relies on Anti-racist and Decolonial studies to consider the discursive and ideological formations present in the audiovisual work *Ana* (2017), investigating, in the verbal-visual materiality, possible effects of meaning that promote female empowerment and the affirmation of Black ethnic-racial identity in schools. The methodology of this research follows the procedures of Discourse Analysis, based on the contributions of Eni Orlandi (2020). The analysis demonstrated the relevance of discursive and ideological formations in understanding how discourses produce meanings that can promote female empowerment and the affirmation of Black ethnic-racial identity in schools, through an education that is guided by decolonization and anti-racism as both theory and practice in the deconstruction of racist discursive formations.

**Keywords:** Antiracist Education; Decoloniality; Discourse Analysis.

## Primeiras Palavras

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise de discurso do curta-metragem intitulado *Ana* (2017), produzido pelas Oficinas Querô<sup>3</sup>, adotando os conceitos de “formação discursiva” e “formação ideológica” presentes na Análise de Discurso de orientação francesa, embasada nos estudos de Michel Pêcheux.

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0427935685100512>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5629-4544>. E-mail: [avienantunes@gmail.com](mailto:avienantunes@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0144185165804748>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9781-3099>. E-mail: [msdouce19@gmail.com](mailto:msdouce19@gmail.com)

<sup>3</sup> As “Oficinas Querô” são um projeto sociocultural e educativo brasileiro, criado com foco na formação audiovisual, cidadã e profissional de jovens, especialmente em situação de vulnerabilidade social: <https://institutoquero.org/sobre/>.

A questão-problema que impulsiona a produção desta pesquisa, em seu caráter analítico, decorre do imperativo contemporâneo para a produção de análises discursivas a partir de um *corpus* diverso, a exemplo das materialidades verbo-visuais disponibilizadas em mídias sociais, plataformas *on-line* e serviços de *streaming*. Nesse sentido, investiga-se, no curta-metragem *Ana* (2017), as formações discursivas e ideológicas que produzem efeitos de sentidos capazes de promover o empoderamento feminino e a afirmação da identidade étnico-racial negra na escola.

Dessa forma, pretende-se, enquanto objetivo geral, analisar como se materializa as formações discursivo-ideológicas em torno do empoderamento feminino e da afirmação da identidade étnico-racial negra no audiovisual *Ana* (2017). Os objetivos específicos visam (i) identificar as formações discursivas e ideológicas presentes no curta *Ana* (2017); (ii) descrevê-las a partir dos pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, conforme Michel Pêcheux; (iii) analisar como ocorrem as relações de ruptura, resistência e adoção dessas formações no curta-metragem *Ana* (2017), articulando-as aos estudos decoloniais para compreender os efeitos de sentido e as práticas antirracistas que emergem da obra audiovisual.

Este estudo justifica-se por articular a Análise de Discurso a perspectivas epistemológicas decoloniais e antirracistas, ao propor a análise das formações discursiva e ideológica representadas como discursos políticos que geram efeitos de sentidos relacionados ao empoderamento feminino e à afirmação étnico-racial negra na escola, especificamente no contexto da educação básica, tal como ambientado no curta-metragem *Ana* (2017).

### **Análise de discurso e audiovisual: diálogos possíveis na contemporaneidade**

A Análise de Discurso de matriz francesa, formulada por Michel Pêcheux (1938-1983), surge com a obra *Análise automática do discurso*, publicada em 1969, articulando o estruturalismo, o pós-estruturalismo, a psicanálise de Jacques Lacan (1901-1981), o marxismo de Louis Althusser (1918-1990) e a linguística de Ferdinand Saussure (1857-1913). O objetivo era demonstrar o caráter político, ideológico e subjetivo da linguagem. Seu surgimento se inscreve no contexto francês dos anos 1960, marcado por lutas de classes, movimentos sociais e correntes científicas revolucionárias (Gadet; Hak, 2001).

Expandindo-se da França para outros países do Ocidente, a Análise de Discurso foi diversificando-se em diferentes contextos, autores e culturas, abrangendo não apenas a linguagem verbal, mas também outras materialidades não verbais, audiovisuais e imagéticas. Nesse sentido, compreende-se o discurso, a partir de Votre (2019, p.18), como a “realização concreta, material, sonora ou escrita de enunciados, com atenção particular para o contexto de sua produção e recepção”.

No Brasil, a disseminação da AD se dá pela obra de Eni P. Orlandi (2020), na década de 1970, em plena ditadura militar (1964-1985). Trabalhos como os de Janaína de Jesus Santos (2014) e Sidnay Fernandes dos Santos (2014) exemplificam a aplicação da Análise de Discurso em materialidades audiovisuais e imagéticas, sobretudo em espaços midiáticos e digitais.

Nesta pesquisa, para analisar a linguagem verbo-visual dentro de materialidades audiovisuais, investe-se no conceito de “formação discursiva” elaborado por Michel Foucault, reformulado por Pêcheux e, posteriormente, desenvolvido como “formação ideológica”. Segundo Pêcheux (1995), as formações discursivas articulam linguagem, ideologia e poder, delimitando historicamente o que pode ser dito em uma sociedade. Assim, o autor as define como “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux, 1995, p.160).

Já a formação ideológica é definida por Pêcheux e Fuchs (1997, p. 65-166) “como conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras”.

Com efeito, as contribuições dos pensamentos decoloniais<sup>4</sup> visam, por meio de um investimento científico, político e epistemológico, propor uma cosmovisão de mundo capaz de reparar as consequências históricas impostas pelos processos da modernidade/colonialidade aos países ocidentais não-europeus, sobretudo aqueles localizados nos continentes americano e africano, rompendo com formações discursivas

---

<sup>4</sup> “A teoria decolonial [...] criticamente reflete sobre nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempos, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização” (Bernardino-Costa *et al.* 2020, p.29).

e ideológicas de um sistema-mundo que ainda sustenta estruturas de discriminação racial, isto é, o racismo<sup>5</sup> enquanto sistema de opressão e desigualdade sociorracial.

Desse maneira, a Análise do Discurso, alinhada aos Estudos Decoloniais, possibilita compreender as formações discursivas (FD) e formações ideológicas (FI) em diferentes tempos e espaços, físicos ou virtuais. Essa perspectiva permite lidar com variadas manifestações enunciativas, considerando relações de poder, condições de produção e contextos históricos, políticos e ideológicos, promovendo reflexões críticas, ações práticas e proposições para uma decolonização do discurso moderno/colonial sustentado em sistemas de hierarquização, opressão e marcação racial.

Na seção seguinte, apresenta-se um panorama sobre como os Estudos Decoloniais podem contribuir para reflexões e práticas antirracistas na educação básica, por meio de ações pedagógicas que atendam às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que determinam o ensino obrigatório da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas em todas as instituições de ensino, do nível básico ao superior no Brasil.

### **Decolonizar: por uma educação antirracista**

A decolonização, em curso e em construção, configura-se como um projeto intelectual, científico, teórico-metodológico, crítico, político, estético e pedagógico que se propõe a elaborar cosmovisões de mundo capazes de romper com o sistema-mundo moderno/colonial eurocêntrico e com suas vicissitudes estruturais de opressão. Ao subverter as lógicas colonialistas que regulam as manutenções de inúmeras violências, de diversas ordens, a decolonização tensiona marcadores sociais que, em desacordo com as normas hegemônicas de raça, gênero, sexualidade, território, religião etc., foram impostos a partir do colonialismo moderno.

Torna-se, portanto, necessário empreender uma Análise do Discurso alinhada aos estudos decoloniais na educação básica, como possibilidade de promover processos de conscientização que resultem em práticas educacionais-pedagógicas insurgentes e antirracistas, voltadas ao enfrentamento do sistema de discriminação racial. Essa interlocução permite analisar as formações discursivas e ideológicas presentes nos

---

<sup>5</sup> Moreira (2019, p. 40) define o racismo como “uma ideologia e uma prática que está em constante transformação, razão pela qual ele pode assumir diferentes formas em diferentes momentos históricos [...] sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante”.

discursos, nos currículos e documentos, nas práticas pedagógicas e nos ambientes educacionais, bem como suas representações e reverberações em diversos contextos nos quais a educação se faz tema, especificamente, neste estudo, no curta-metragem *Ana* (2017).

Por conseguinte, bell hooks (2017, p. 55) destaca, para que práticas fundamentadas nos estudos decoloniais resultem em condutas antirracistas na educação, “o corpo docente [precisa] desaprender o racismo para aprender sobre a colonização e a descolonização”. Paralelamente, Bernardino-costa *et al.* (2020, p.36, grifo nosso) compreendem a descolonização como os “momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência; a **decolonialidade** refere-se a luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos”.

Para uma melhor compreensão de como a decolonialidade e a descolonização operam enquanto campo de estudos e como contraprojetos ao sistema moderno/colonial eurocêntrico e norte-cêntrico (Estados Unidos), é necessário definir os termos “colonialismo”, “colonialismo moderno” e “colonialidade”:

**colonialismo** pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; **colonialismo moderno** pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e a **colonialidade** pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (Maldonado-Torres, 2020, p. 36-37, grifo nosso).

No Brasil, observa-se a permanência da “colonialidade”, que dificulta a consolidação de um Estado democrático pleno e sem desigualdades sociorraciais. Essa condição resulta de processos históricos, como as invasões coloniais, o imperialismo eurocêntrico e norte-cêntrico e, sobretudo, a escravização e o tráfico de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Mesmo após a abolição formal, a exploração desses povos intensificou-se com o capitalismo, impedindo a formação de classes médias e altas de origem afrodescendente e indígena.

O Estado brasileiro, ao adotar mão de obra europeia após a escravização, excluiu os povos negros e indígenas do processo cívico, marginalizando-os e construindo representações pejorativas e estigmatizantes no imaginário social. Conforme Castiel Vitorino Brasileiro (2022), a importação de mão de obra europeia, com direito a terras,

visava promover o embranquecimento e a extinção da população afrodescendente, além de instituir políticas que restringiam o acesso dessa população a direitos básicos e reforçavam o racismo como critério de hierarquização humana a partir de traços fenotípicos, como, por exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo e o tamanho da cabeça/crânio<sup>6</sup>.

No entanto, sabe-se, por meio do Projeto Genoma, que tal informação não é verídica. Não há a existência de raças humanas em termos biológicos e naturalistas. Contudo, “os estudiosos das ciências sociais justificam o uso do conceito [raça] como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (Rodrigues, 2015, p. 49).

Portanto, sendo a raça uma construção que historicamente opera processos de diferenciação, hierarquização, desumanização e exclusão de pessoas negras do âmbito da vida social humana, institucionalizada por séculos após a abolição da escravização pelo Estado brasileiro, os movimentos afro-brasileiros se impõem como forças de resistência social. De cunho político, ideológico, epistemológico e científico, esses movimentos se organizam através de manifestações, protestos e reivindicações por reparações nos mais diversos espaços e instituições da sociedade brasileira contemporânea, tensionando rupturas na estrutura social do país, na qual o racismo se constitui como um sistema opressivo e discriminatório que operacionaliza múltiplas violências (física, simbólica, emocional e psíquica) contra a população afro-brasileira.

Moreira (2019, p.173) pontua algumas consequências, dentre inúmeras, que a população afro-brasileira pode desenvolver ao vivenciar experiências racistas, tais como

baixa autoestima, diminuição de aspiração pessoal e comportamentos depressivos [...] os danos psicológicos decorrentes de tratamentos discriminatórios legitimados por estereótipos são significativos porque essas [pessoas] podem internalizar o ódio expresso nas representações racistas.

---

<sup>6</sup> “A história da população negra no Brasil, que, após séculos de escravização, viram imigrantes europeus receberem incentivos do Estado brasileiro, inclusive com terras, enquanto a negritude formalmente liberta pela Lei Áurea era deixada à margem. Os incentivos para imigrantes fizeram parte de uma política oficial de branqueamento do país, com base na crença do racismo biológico de que negros representariam o atraso. Essa perspectiva marcou a história brasileira, valorizando culturas europeias em detrimento da cultura negra, segregando a população negra de diversas formas, inclusive por leis e pela esterilização forçada de mulheres negras, prática que o Estado brasileiro manteve até um passado recente, comprovado pela CPI da Esterilização de 1992, proposta pela deputada federal Benedita da Silva e resultado da pressão feita por feministas negras nos anos 1990” (Ribeiro, 2018, p. 78).



Uma vez que sujeitos de determinado grupo sociorracial se percebem através de processos de identificação sócio-histórica materializados em práticas e discursos de ódio, bem como em representações negativas, depreciativas e estereotipadas, torna-se evidente que esses fatores implicam na negação de sua humanidade. Isso culmina numa “sociedade que permite a circulação de discursos de ódio que negam a humanidade de um grupo de pessoas [e] permite que eles possam ser discriminados, segregados e exterminados porque propaga a ideia de que eles não são merecedores de empatia” (Moreira, 2019. p. 171).

Não obstante, uma sociedade construída a partir do processo de colonização europeia, marcada por um passado histórico secular de escravização e tráfico de povos africanos e de seus descendentes, impactaria de modo expressivo no imaginário contemporâneo. Nesse contexto, a colonialidade opera como um poder regulador das relações e posições sociais hierárquicas entre sujeitos, identificando-os e atribuindo-lhes valor a partir de traços fenotípicos associados à descendência do colonizador ou do colonizado. Essa lógica sustenta e retroalimenta um interdiscurso racista inscrito na memória coletiva, assentado numa pseudosuperioridade de um grupo racial em detrimento do outro.

Segundo Oliveira e Candau (2010, p. 19), “o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário” de superioridade, processo que contribui para a internalização, pela população afrodescendente, de sentimentos de autonegação, acarretando na produção de sofrimentos de ordem sociopsíquica. Tais sofrimentos são analisados por Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2020) e Neusa Santos Souza (2021), que demonstram como o sujeito negro brasileiro, ao vivenciar as violências da colonização e da modernidade/colonialidade, pode aspirar a ocupar a identidade e a posição do sujeito branco, percebendo em si, de modo consciente ou não, os traumas perpetrados contra as populações racializadas:

Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não-europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não-europeus. Essa operação se realizou de várias formas, como a sedução pela cultura colonialista, o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura, estimulando forte aspiração à cultura europeia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva

somente dos europeus, mas torna-se também do conjunto daqueles educados sob sua hegemonia (Oliveira; Candau, 2010, p.19).

Como forma de resistência a esse sistema de discriminação racial, a educação alinhada aos estudos decoloniais e aos discursos antirracistas pode promover a conscientização e ações-práticas, tornando-se uma ferramenta indispensável e determinante para romper com a estrutura de violência racial moderna/colonial, a partir da formação do sujeito desde sua tenra idade, sobretudo ao adentrar no espaço escolar.

hooks (2017) aponta que a educação, quando conduzida como prática de libertação, torna-se um ato revolucionário e empodera sujeitos acerca da sua história, da sua cultura e origem, tornando-os protagonistas para atuação ativa na promoção de mudanças positivas e efetivas na sociedade. Para além, hooks (2017, p. 20) acrescenta que suas “práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras [...] implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo)”.

Vale ressaltar que a proposta de bell hooks (2017) é um chamado para interseccionalizar<sup>7</sup> a luta contra o racismo com os demais sistemas de opressão advindos da mesma gênese moderna/colonial eurocêntrica, que forja discriminações não apenas a partir da raça/etnia, mas também do gênero, da sexualidade, da classe e da religião. A decolonialidade não visa interromper apenas o racismo, mas propiciar o fim de um modelo de vida eurocêntrico e norte-cêntrico desigual, violento e desumano, ainda em curso.

Para tanto, os movimentos, protestos e organizações de resistência, desde o Brasil colônia, possibilitaram, no século XX, estudos de cunho antirracista por intelectuais negros(as), tornando a decolonialidade um horizonte possível de revolução. Brasileiro (2022, p. 26) cita intelectuais responsáveis por essas conquistas ao afirmar que:

sim, os esforços foram validos, e hoje devemos comemorá-los e honrar os sacrifícios que essas pessoas negras executaram, em especial aquele de iniciar a disputa epistêmica contra a supremacia da intelectualidade de branca. Carolina Maria de Jesus, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Mercedes Batista, Sueli Carneiro e tantas outras que, no século passado,

<sup>7</sup> “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2020, p.19).



construíram as bases para o que, nos últimos 20 anos, viemos articulando como enegrecimento/empreendimento no Brasil.

O processo histórico de resistência e pesquisa das populações afro-brasileiras frente a um Estado-nação colonialista, escravagista, moderno e capitalista/neoliberalista evidencia como “ a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional” (Hall, 2020, p. 30). Os estudos decoloniais e as práticas antirracistas já se anunciavam como propostas para romper com o sistema de discriminação racial, buscando uma sociedade menos injusta e investindo no conhecimento para compreender e aprimorar as potencialidades positivas da capacidade relacional humana.

Nesse contexto, a decolonialidade propõe empoderar sujeitos afrodescendentes pela educação, ciência e informação, valorizando estética, cultura, filosofia e tradição de origem africana e afro-brasileira, a fim de que ocupem espaços de saber e poder historicamente negados pelo Estado brasileiro à população afro-brasileira e indígena.

Compreendido enquanto elemento interligado às dimensões políticas, históricas, ideológicas, sociais e científicas, o discurso configura-se como um campo de disputa por vontades de verdade e relações de poder, o que permite inscrever o empoderamento a partir uma formação discursiva e ideológica.

A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, visando mostrar como as formações discursivas e ideológicas representadas no curta-metragem *Ana* (2017) foram identificadas, descritas e analisadas, para compreender discursos e ideologias de empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra na escola, a partir de estudos decoloniais que resultem em práticas antirracistas e empoderem crianças negras quanto à sua etnia/raça e gênero.

### **Procedimentos metodológicos: identificar e descrever para analisar**

Para analisar como se materializam as formações discursivas (FD) e as formações ideológicas (FI) que geram efeitos de sentidos de empoderamento feminino e afirmação étnico-racial negra no contexto escolar, representadas no curta-metragem *Ana* (2017), o estudo adotou os procedimentos da Análise de Discurso, conforme propostos por Eni

Orlandi (2020). De acordo com a autora, para empreender a Análise de Discurso, é necessário constituir um *corpus* ou, nos termos técnicos da AD, um *arquivo*, no qual,

à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc [...] não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável (Orlandi, 2020 [1999], p. 60).

As etapas metodológicas delineadas iniciaram-se com o recorte do objeto de análise, a saber, o audiovisual *Ana*<sup>8</sup>, produzido em 2017 pelas oficinas do projeto Querô, sob a direção de Vitória Felipe dos Santos. A obra encontra-se disponibilizada no canal da instituição em uma plataforma de compartilhamento *on-line* de vídeos (YouTube). Cabe ressaltar que o curta-metragem surgiu no Instituto Querô, localizado em Santos, que forma adolescentes de baixa renda para trabalharem no mercado audiovisual.

A segunda etapa consistiu na identificação e extração dos enunciados verbo-visuais do curta *Ana* (2017), selecionados para esta pesquisa em formato de imagens e obtidos por meio do recurso de edição computacional *print*. Nesses recortes, foi possível identificar enunciados que representam relações identitárias do processo de adoção de formações ideológicas (FI) e formações discursivas (FD) de empoderamento feminino e a de afirmação étnico-racial.

A terceira etapa destinou-se à descrição dos enunciados verbo-visuais extraídos das imagens recortadas pelos pesquisadores, selecionadas pelos critérios de expressividade e alinhamento com a temática adotada neste estudo. A descrição foi realizada a partir das cenas, explorando-se os aspectos descritivos que as compõem, de modo a possibilitar a quarta e última etapa da pesquisa: a apresentação da análise de como se estabelecem as relações de ruptura, resistência e adoção de formações ideológicas e discursivas de empoderamento feminino e afirmação da identidade étnico-racial negra, representada no curta-metragem *Ana* (2017), alinhando-as aos estudos decoloniais na promoção de efeitos de sentidos de afirmação feminina e empoderamento étnico-racial enquanto práticas antirracistas.

<sup>8</sup> ANA. Direção: Vitoria Felipe dos Santos. Wolo tv: Oficinas Querô, 2017. (16:38 mim). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=MO1f8n3gMG8&t=346s>>. Acesso em 01 de ago. 2025.

## **Análise discursiva do curta-metragem *Ana* (2017)**

Partindo do objetivo de analisar as representações das formações ideológicas (FI) e discursivas (FD) que produzem efeitos de sentidos de empoderamento feminino e afirmação da identidade étnico-racial negra na escola, representadas no curta-metragem *Ana* (2017), apresenta-se brevemente o enredo das protagonistas Ana e Jeannette, seguido das etapas metodológicas de identificação, descrição e análise dos enunciados verbo-visuais.

O filme narra a história de Ana, criança negra e aluna de escola pública de uma capital brasileira, que, numa atividade escolar (autorretrato solicitado por uma professora branca), rejeita sua identidade étnico-racial negra ao se desenhar como menina branca, de cabelo louro e liso e olhos azuis, identificando-se assim em comparação com a colega que possui tais características.

Jeannette, mulher negra de pele preta retinta, professora de origem congoleza refugiada no Brasil, atua como auxiliar de serviços gerais na escola de Ana. Durante seu trabalho, presencia episódios de racismo, *bullying* e perseguição contra Ana, cometidos por colegas brancos durante o recreio. Os ataques incluem enunciados verbais de imposição e adjetivos depreciativos sobre a aparência e o cabelo da menina, usando verbos no modo imperativo, como: “[...] e aí! Cabelo duro! Olha só esse cabelo! Penteia isso! Cabelo feio!” (Santos, 2017, 00:16:38).

Esses enunciados verbais materializados no curta-metragem indiciam uma, dentre as inúmeras ocorrências racistas, vivenciadas por sujeitos negros/afro-brasileiros/afrodescendentes, que são submetidos a inúmeras formas de violência racial desde os primeiros estágios da vida em sociedade, iniciando a partir das relações interpessoais no espaço escolar<sup>9</sup> e se reproduzem em outros âmbitos sociais.

De acordo com Kilomba (2020), enunciados, a exemplo daqueles proferidos contra Ana, são heranças de formações ideológicas coloniais/escravagistas e modernas contra os sujeitos não-brancos:

Historicamente, o cabelo único das pessoas negras foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos. Mais do que a cor da pele, o

<sup>9</sup> Gomes (2020, p. 227) ressalta que “existem alguns espaços e instituições sociais nos quais ela [a colonialidade] opera com maior contundência. As escolas da educação básica e o campo da produção científica são alguns deles”.

cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, “desordem”, inferioridade e não civilização (p. 126-127).

Formações discursivas baseadas em ideologias racistas e coloniais possibilitam que, na contemporaneidade, grupos raciais em situação de privilégio social oprimam grupos raciais minorizados por meio de discursos de ódio, os quais operam, regulam, discriminam e violentam sujeitos não-brancos, submetendo-os à “não condição de humano”. Em uma sociedade estruturalmente racista, esses sujeitos são educados para a autonegação e autorrejeição de sua identidade étnico-racial. As condições de produção de enunciados racistas, como aqueles representados no curta-metragem *Ana* (2017), refletem as formações sócio-históricas e ideológicas coloniais, modernas e racistas ainda vigentes na sociedade brasileira, bem como evidenciam como essas formações regulam discursivamente as relações de poder, a partir da manutenção de estereótipos e a inferiorização de determinados grupos raciais.

Figura 8 - Ana se compara à colega branca.



Fonte: *Ana*, 2017, 00:03:21.

No enunciado visual destacado a seguir, é possível analisar como os enunciados racistas podem impactar na autoestima de sujeitos(as) negros(as), a exemplo da personagem Ana, que entra em conflito consigo mesma ao ter que lidar com a sua imagem/identidade no processo de autorrepresentação no exercício do autorretrato. Isso demonstra o desejo de conformar sua imagem àquela socialmente valorizada, com o objetivo de alcançar a mesma condição de respeito atribuída ao sujeito fenotipicamente branco.

No enunciado visual que compõe a cena destacada acima, o foco da câmera está em Ana, que observa a colega branca, de cabelos lisos e louros e olhos azuis, após a professora solicitar a realização da atividade do autorretrato. Nesta cena, o curta-metragem apresenta a contraposição de dois sujeitos que ocupam posições sociais

distintas no que se refere às identidades étnico-raciais. A observação de Ana para com a colega-branca não é proposital, e possui um objetivo específico.

Ana realiza, após ter suas características fenotípicas – em específico, o cabelo – alvo de enunciados de cunho racista, o exercício de produzir um autorretrato no qual nega sua própria imagem/identidade. Ao se desenhar, a garota adota como referência o ideário construído de sujeito universal<sup>10</sup>, associado a fenótipos tipicamente vinculados à branquitude<sup>11</sup>, representados no curta-metragem pela imagem da colega branca, espelhando-se, assim, nesse modelo normativo de representação.



Figura 9 - Ana desenhando seu suposto “autorretrato” com qual gostaria de se identificar e ser identificada de acordo com os padrões fenotípicos raciais sociais.  
Fonte: Ana, 2017, 00:00:00.



Figura 10 - O autorretrato feito por Ana.  
Fonte: Ana, 2017, 00:00:00.

O autorretrato (enunciado imagético) produzido por Ana, personagem negra que se desenha como “branca, loira, de cabelo liso e de olhos azuis”, evidencia a inscrição de uma formação ideológica que reproduz um padrão de beleza hegemônico, social, arbitrário e historicamente convencional, de origem europeia. Esse padrão, imposto como diferenciador de povos “civilizados” e “primitivos”, foi consolidado pelos processos históricos de colonização e escravização europeia de povos africanos, americanos e asiáticos.

A formação ideológica que molda Ana resulta de condições sócio-históricas, políticas e ideológicas que sustentam um sistema desigual, estruturado na desqualificação da condição humana com base numa suposta inferioridade étnico-racial, promovendo violências racistas contemporâneas, especialmente no ambiente escolar,

<sup>10</sup> “O homem colonizador cis, ocidental, branco, cristão e heterossexual se entendeu como universal, transformou suas singularidades em padrões universais e subjugou as demais identidades.” (Nascimento, 2021, p. 45).

<sup>11</sup> A branquitude é definida como “uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, 2015, p.56 *apud* Almeida, 2019, p. 48).

onde se observa a sustentação da colonialidade<sup>12</sup>. A colonialidade determina as relações hierárquicas de poder a partir de um ideário de sujeito prescrito e imposto de forma forçosa como padrão a ser aceitável, refletindo os valores de um determinado grupo racial dominante, isto é, a população branca, de ancestralidade europeia, sobre como se deve ser, o que se deve saber e qual poder se pode exercer de acordo com a sua identidade étnico-racial<sup>13</sup>.

Tal formação ideológica (moderna/colonial/racista), ainda presente na sociedade brasileira contemporânea, fere os princípios do Estado democrático de direito e deslegitima o artigo quinto (5º) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece, em caráter legislativo, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988)<sup>14</sup>.

Nesse sentido, a representação audiovisual inscrita no curta *Ana* (2017) demonstra como a escola, enquanto instituição atravessada por formações ideológicas coloniais e racistas, pode operar em contradição aos princípios constitucionais de igualdade, ao reproduzir práticas e discursos que afetam diretamente a constituição subjetiva de alunas negras. Ao interpelar Ana conforme a lógica do sujeito eurocêntrico/universal, o espaço escolar contribui para a negação de sua identidade étnico-racial e para a internalização da identidade racial dominante (branquitude).

Com efeito, o enunciado produzido por Ana poderia ter sido interpretado de outra maneira pela professora branca que, ao receber a atividade, advertiu a aluna de forma não pedagógica, afirmando que o autorretrato não correspondia à identidade étnico-racial negra da aluna e que deveria refazê-lo de modo “correto”, sob pena de não ser exposto no mural da sala. Em uma perspectiva de macroanálise, a professora poderia ter adotado uma postura pedagógica antirracista, compreendendo que o enunciado produzido por uma garota negra está inscrito em um discurso atravessado por ideologias e formações discursivas de origem racista/colonial, refletindo o racismo e o ódio que Ana vivencia, especialmente no ambiente escolar.

<sup>12</sup> “A colonialidade é o resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem” (Gomes, 2020, p. 227).

<sup>13</sup> “A gramática colonial opera de forma sofisticada na produção de não existências, na hierarquização de saberes e nas classificações sociais. O racismo é a força motriz do colonialismo” (Rufino, 2019, p. 30).

<sup>14</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > . Acesso em: 05 ago. 2025.



O enunciado em análise pode ser interpretado como: (i) não uma negação de si, mas uma comunicação de que a sociedade não aceita sua identidade, razão pela qual, seja em virtude da discriminação racial ou do *bullying*, Ana opta por se autorretratar com uma identidade socialmente aceitável, a fim de evitar violências; (ii) uma forma de informar à professora sobre seus marcadores social e as consequências de ser menina e negra, intersecção que afeta autoestima, saúde psicoemocional e compreensão de si como sujeito, pois, conforme Woodson (2018, p. 14), “prejudicar o aluno ensinando que seu rosto negro é uma maldição e que não há esperança na luta para mudar sua condição é o pior tipo de linchamento”; (iii) um pedido de ajuda, já que Ana sabe que seu autorretrato não condiz com sua aparência fenotípica, mas escolhe se representar como branca, revelando a inscrição em uma formação ideológica racista/colonial e seu reflexo em uma formação discursiva de ódio contra afrodescendentes.

Essas análises reforçam a necessidade de uma formação em educação antirracista e interseccional para professores, para que, diante de situações como as de Ana e com base nos estudos decoloniais, possam atentar-se às manifestações enunciativas de estudantes negros(as) que, mesmo sem declarar explicitamente que sofrem racismo, podem ser identificadas e trabalhadas pedagogicamente, promovendo conscientização e respeito mútuo entre sujeitos de diferentes identidades étnico-raciais.

A personagem Jeannette, inscrita em formações ideológicas de resistência, afirmação feminina e empoderamento étnico-racial negro, ao observar as situações vividas por Ana, intervém pedagogicamente e de forma antirracista para acionar formações ideológicas e discursivas que empoderam a menina quanto à identidade de seu grupo racial, promovendo reflexão sobre si, sua condição de cidadã e de ser humano digno de valorização e reconhecimento.

Desse modo, Jeannette ensina Ana a aprender a olhar para si com amor, porque “tal solidariedade não precisa estar embasada na experiência compartilhada. Pode estar enraizada no entendimento ético e político do racismo e da rejeição à dominação de alguém” (hooks, 2019, p.44).

No enunciado visual destacado a seguir, é apresentada a cena em que Jeannette, com uma feição que pode ser interpretada como expressão de afeto, encontra-se na biblioteca, sentada ao lado de Ana. Mesmo não ocupando formalmente a posição de professora, Jeanette intervém de modo pedagógico ao desamarrar, com as próprias mãos e o auxílio de uma flor, o cabelo da menina — anteriormente alvo de discriminação

racista — para fazer um penteado que, por meio do contato e dos diálogos estabelecidos, acaba fortalecendo a conscientização da beleza e do empoderamento étnico-racial negro de Ana. Para reforçar esse gesto, Jeannette também solta seus cabelos, possibilitando que Ana reconheça, nela, o orgulho da identidade que compartilham enquanto mulheres negras.

Figura 11 - Jeannette conscientiza Ana sobre a importância da afirmação étnico-racial feminina.



Fonte: Ana, 2017, 00:11:16.

Neste mesmo tempo e espaço, Jeannette encontra, nas condições de produção sócio-históricas de resistência, possibilidades de materializar formações ideológicas de empoderamento feminino e de afirmação da identidade étnico-racial negra. Através de formações discursivas verbalizadas e imagéticas, produzem-se efeitos de sentidos de valorização, dignidade e respeito, capazes de despertar na aluna a autoestima, o autocuidado e, sobretudo, a afirmação de si enquanto menina negra.

Partindo de sua representatividade enquanto mulher negra, Jeannette conduziu, através de uma prática antirracista, outras representações sociais positivas com as quais Ana, até então, não tinha tido contato no ambiente escolar. A representatividade tornou-se um recurso/artifício para que Jeannette estabelecesse, primeiramente, um vínculo de igualdade de raça e gênero e, a partir desse momento, pudesse estabelecer formações ideológicas que resultassem em formações discursivas de afirmação feminina e de empoderamento étnico-racial negro na escola:

Devemos, também, considerar, independentemente do nível de consciência racial que o indivíduo negro apresenta, a reafirmação de sua estética ancestral africana, que é invariavelmente um incentivo ou uma fonte de inspiração poderosa capaz de fazer o chamado simbólico para todas as pessoas negras para a beleza real que as características estéticas da negritude tem, dispondo inconscientemente da mesma prática usada pelos meios de comunicação de massa para inserir no

senso comum dos espectadores que apenas a aparência branca é admirável, aceitável e desejável (Berth, 2019, p. 81).

O enunciado visual da figura 5 do curta-metragem apresenta, como resultado da intervenção de Jeannette, uma formação discursiva constituída por um novo autorretrato feito pela personagem/aluna Ana, que demonstra uma mudança referente à representação da sua imagem e de sua identidade. Essa transformação ratifica que, a partir do contato com novas formações ideológicas, o sujeito pode operar e produzir novas formações discursivas alinhadas ou em tensão com as já existentes, gerando enunciados que sustentam uma e/ou mais formações discursivas.

Neste sentido, a interseccionalidade demonstrou-se como um fator importante de análise do curta-metragem, visto que ambas as personagens ocupam espaços identitários socialmente subalternizados, o do gênero e o da raça, e, através dessa perspectiva, contribuiu para processos de identificação entre ambas as personagens.

Figura 12 - Jeannette conscientiza Ana sobre a importância da afirmação étnico-racial feminina.



Fonte: Ana, 2017, 00:12:53.

O impacto da personagem Jeannette na vida da personagem Ana proporcionou um posicionamento político que passou a produzir novos enunciados inscritos em outra formação ideológica e, portanto, em formações discursivas de empoderamento e afirmação feminina e étnico-racial negra. Como aborda Pêcheux (1995, p. 213), “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”.

De uma forma breve, pode-se compreender que, na relação entre as personagens (os sujeitos Ana e Jeannette), ocorre o atravessamento de formações ideológicas e discursivas de uma sobre a outra, isto é, um processo de identificação e afetação. Esse movimento se dá por meio da representatividade discursiva desempenhada por Jeannette, ao apresentar a Ana formações ideológicas que a empoderaram em relação

à sua posicionalidade social e identidade enquanto aluna, menina e negra, no espaço escolar.

### Considerações para (não) finalizar

A análise discursiva evidenciou que as formações discursivas e ideológicas são centrais para compreender como os discursos produzem sentidos capazes de promover o empoderamento feminino e a afirmação da identidade étnico-racial negra no contexto escolar, a partir de uma educação decolonial e antirracista. A análise do curta-metragem *Ana* (2017) mostrou que os enunciados verbo-visuais permitem ao professor identificar e problematizar camadas ideológicas que atravessam os sujeitos, contribuindo para a desconstrução de discursos racistas. Nesse sentido, a educação antirracista se configura como uma prática coletiva e contínua, voltada à formação de sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com a libertação e o empoderamento, articulando diálogo, afeto e escuta, conforme bell hooks afirma: “escolhemos amar, escolhemos nos mover contra o medo, contra a alienação e a separação. A escolha por amar é uma escolha por conectar, por nos encontrarmos no outro” (hooks, 2021, p. 84).

### REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2020.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2019.
- ANA. Direção: Vitoria Felipe dos Santos. Wolo tv: Oficinas Querô, 2017. (16:38 mim).
- BERNARDINO-COSTA, J. et al. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Poder Executivo Brasília, 2003.
- BRASIL. *Lei nº. 11.645/08, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece o estudo da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- BRASILEIRO, C. *Quando o sol aqui não mais brilhar*: a falência da negritude. São Paulo: N-1 edições; Editora Hedra, 2022, 100p.
- FRANZ, Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- GOMES, N. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 223-246.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Tradução por extensão de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- hooks, b. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- hooks, b. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- hooks, b. *Tudo sobre o Amor*. novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J. et al. (Orgs.) *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.
- MOREIRA, A. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019, 223p.
- NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- OLIVEIRA, L; CANDAU, V. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. Rev.* Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010246982010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982010000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 01 ago. 2025.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Editora Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp
- RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018, 135p.
- RUFINO, L. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Mórula Editorial, 2019.
- SANTOS, Janaina de Jesus. Produções discursivas do horror: materialidade fílmica e memória na trilogia de Zé do Caixão. 2014. 220 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Acesso em: 10 out. 2025.
- SANTOS, S. *Uma história de Dilma Rousseff em imagens na mídia*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SOUZA, N. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 2021 [1983].
- VOTRE, S. *Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. 160p.